



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

CINFORM

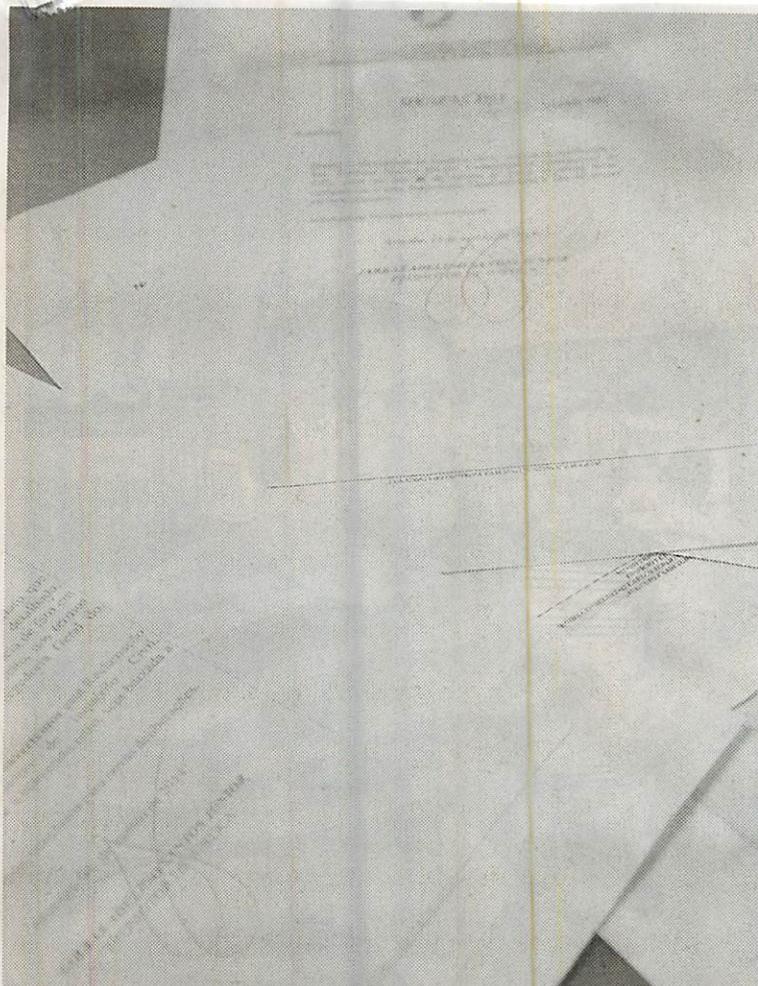
Aracaju - SE, 25 a 31 de agosto de 2014.

Eles ingressaram no Ministério Público contra os gestores, acusando-os de má gestão, assédio moral e favorecimento de laudos para ações do DPVAT

■ Imagine o Estado pagar a servidores para exercer determinada função e eles serem proibidos de trabalhar, inclusive, com alguns permanecendo em casa. Isso é o que vem acontecendo dentro do Instituto Médico Legal - IML - desde o mês passado, após a greve dos agentes.

A situação é denunciada por um grupo de trabalhadores do IML, que acusam o diretor José Raimundo de Melo e a coordenadora Operacional, Fabiana Santos Xavier, de perseguição, de colocar estagiários para realizar o serviço de perícia e a mais grave de todas as acusações: favorecer o laudo de morte da esposa de um policial em troca de propina.

A última acusação recai sobre a coordenadora Fabiana Xavier, que teria adiantado a liberação do referido laudo. Quanto à questão dos servidores que estão recebendo sem trabalhar, se trata de uma forma de mantê-los sem acesso ao sistema para que não tenham ciência dos desmandos realizados pela dupla.



Caso segue sendo apurado pelo Ministério Público de Sergipe

JORNADA DOS MÉDICOS

Na Promotoria de Justiça do Controle Externo da Atividade Policial, no Ministério Público, os servidores entregaram abaixo-assinado juntamente com a reclamação formulada pelo servidor Carlos Alberto Mattos Tavares, que foi convertida em Procedimento Preparatório de Inquérito Civil e

está em fase de apuração.

A denúncia dos servidores também diz respeito ao trabalho dos médicos peritos do IML. Eles afirmam que as 30 horas de trabalho não são cumpridas e que existe um acordo entre eles para somente aparecer no órgão quando houver alguma perícia a ser realizada. E contam mais: o

próprio José Raimundo de Melo coloca os estagiários para fazer o procedimento e apenas assina os laudos.

Outro ponto contido no documento protocolado no MP sob o nº15.14.01.0037, no início desse mês, trata do comissionado Diego Aragão, que ingressou no IML como estagiário de Informática e

atualmente é o braço direito de Fabiana Xavier, recebendo uma comissão que sai do próprio bolso do diretor do órgão.

Para o presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis de Sergipe - Sinpol/SE, Antônio Moraes, a atitude dos servidores do IML em denunciar serve para trazer à tona que existe muita coisa errada den-

tro do órgão e que o diretor José Raimundo de Melo não demonstra conhecimentos técnicos de gestão pública.

“Pelos comentários no instituto, é bastante estranha a relação entre o diretor e a coordenadora operacional. A estranheza começa pelo cargo ocupado, que não existe legalmente. É preciso saber qual é o real cargo em comissão ocupado pela servidora Fabiana e como ela é remunerada para exercer essa suposta condição de chefia”, questiona Antônio Moraes.

SILÊNCIO

O diretor do IML José Raimundo de Melo foi ouvido no dia 12 de agosto e nega qualquer tipo de perseguição, beneficiamento ou irregularidades dentro do órgão. Fabiana Xavier foi ouvida no dia 20, mas até o fechamento desta edição, os esclarecimentos da servidora ainda não havia sido lançados no portal do MP.

Procurados pelo Cinform, tanto o diretor do IML, quanto a coordenadora Operacional não quiseram falar sobre o assunto, terceirizando a palavra para a Assessoria de Comunicação da Secretaria de Segurança Pública, que não tinha ciência do caso.

O Ministério Público de Sergipe segue com as investigações para saber o que de fato é verdade. Os servidores afirmaram ainda que muito mais sujeira ainda vem por aí. ■